



3º SIMULADO CONCURSO

TJ GO JUIZ

Simulado TJ-GO Juiz

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-GO;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-GO-Juiz-24-07-21>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que:

- a) quando o casamento for realizado no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- b) quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.
- c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.
- d) tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.
- e) as correções a texto de lei já em vigor serão consideradas lei nova.

02. Assinale a alternativa correta:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

03. O ente de fiscalização do exercício profissional é pessoa jurídica:

- a) de direito público interno;
- b) de direito público externo;
- c) de direito privado;
- d) de direito público com estrutura de direito privado;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

04. O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

05. Dentre as opções abaixo, a única que não representa um direito real é:

- a) o usufruto;
- b) a concessão de direito real de uso;
- c) a concessão de uso especial para fins de estabelecimento de comércio;
- d) a laje;
- e) o direito do promitente comprador do imóvel.

06. O prazo para o pedido de reembolso de despesas médico-hospitalares em contratos de plano e seguro de saúde é de:

- a) um ano;
- b) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento particular;
- c) três anos, pois trata de reparação civil;
- d) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento público;
- e) dez anos.

07. São elementos necessários para a configuração da responsabilidade civil objetiva:

- a) o dano, apenas.
- b) o nexo causal, a culpa e o ato ilícito.
- c) o fato jurídico, a ilicitude e o nexo de causalidade.
- d) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e a culpa.
- e) o dano, o ato ilícito e o nexo causal.

08. Na venda com reserva de domínio, o domínio permanece com o vendedor até que a última prestação seja paga pelo comprador. Ela é uma venda condicional aperfeiçoada com o pagamento (evento futuro e incerto). Nesse tipo de contrato, a referida cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e:

- a) já passa a ser oponível a terceiros.
- b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros.
- c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros.
- e) depende de registro no cartório competente do local indicado pelo comprador.

09. Em relação às disposições testamentárias, é nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique;
- e) que institua herdeiro ou legatário sob a condição captatória de que este disponha, também por testamento, exceto quando em benefício do testador.

10. Marcos e Paula são casados há trinta anos, mas estão há separados de fatos por dezoito anos, sequer sendo reconhecidos como um casal pelas pessoas que os conhecem. Em razão do afastamento, desde o primeiro dos dezoito anos separados de fato, Marcos voltou a morar com sua mãe, deixando Paula na casa que antes pertencia ao casal.

Apesar de nunca terem concretizado o divórcio por meio de ato judicial ou extrajudicial, pode-se afirmar, com base no entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que:

- a) o divórcio apenas poderá ocorrer por decisão judicial;
- b) o divórcio apenas poderá ocorrer por ato extrajudicial;

c) para que o divórcio ocorra, é necessária a prévia separação;

d) não corre prescrição, em sua forma aquisitiva, entre Marcos e Paula, não contabilizando prazo para que Paula adquira o imóvel por usucapião;

e) a separação de fato por longo período, como é o caso de Marcos e Paula, afasta a regra de impedimento da fluência da prescrição entre cônjuges prevista no Código Civil e viabiliza a efetivação da prescrição aquisitiva por usucapião em benefício de Paula.

11. Em relação ao instituto da servidão, é incorreto afirmar que:

a) o dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos;

b) quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante;

c) as obras necessárias à conservação e ao uso da servidão devem ser feitas pelo dono do prédio dominante, se o contrário não dispuser expressamente o título;

d) constituída para certo fim, a servidão pode, ainda, ser ampliada para abranger um outro, desde que parecido;

e) nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.

12. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

13. Sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis, analise as seguintes afirmativas.

- I. O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
- II. A necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos Juizados Especiais.
- III. Compete ao Juizado Especial a execução de seus próprios julgados, independente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada na ocasião da propositura da ação.
- IV. Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassa o valor de alçada.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) II, IV.

c) I, III, IV .

d) II, III, IV.

e) nenhuma está correta.

14. De acordo com o art. 1.015 do Código de Processo Civil, caberá recurso de agravo de instrumento da decisão interlocutória que

- a) acolher ou rejeitar o pedido de gratuidade da justiça.
- b) for proferida na fase postulatória do procedimento comum, na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- c) decidir quanto à inadmissão, sem qualquer urgência, de uma prova no processo.
- d) incluir litisconsorte no processo.
- e) decidir o mérito do processo, como a decisão que resolver parcialmente o mérito do processo quando um ou mais pedidos formulados, ou parcelas deles, mostrarem-se incontrovertidos.

15. Julgue os itens a seguir:

- I. É possível que o magistrado, a qualquer tempo, e mesmo de ofício, revise o valor desproporcional das astreintes.
- II. O ordenamento não admite o instituto da reconvenção sucessiva, também denominada de reconvenção à reconvenção.
- III. É recorrível por agravo de instrumento o ato judicial que determina a intimação do devedor para o pagamento de quantia certa.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) III

16. Assinale a alternativa correta a respeito da execução:

- a) Na execução por quantia certa, os honorários advocatícios de 10% serão fixados de plano pelo juiz ao despachar a petição inicial, cujo valor será reduzido pela metade se o executado pagar integralmente o valor, no prazo de três dias da citação ou poderá ser elevado a 20% quando rejeitados os embargos à execução ou, quando não opostos, levando-se em conta o trabalho realizado pelo advogado do exequente, conforme se constatar ao final do procedimento executivo.
- b) O prazo comum para cumprimento voluntário de sentença não deverá ser computado em dobro no caso de litisconsortes com procuradores distintos, em autos físicos.
- c) Não é possível a cumulação de honorários advocatícios arbitrados na execução com aqueles fixados nos embargos do devedor.
- d) Nas obrigações de fazer, ainda que a obrigação possa ser satisfeita por terceiro, é vedado ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que aquele a satisfaça à custa do executado.
- e) É proibida a citação postal no processo de execução.

17. Sobre a reconvenção no procedimento comum, segundo o CPC/15, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- I. A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
 - II. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro, mas não pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
 - III. Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
 - IV. O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- a) Apenas uma assertiva está correta.
 - b) Apenas duas assertivas estão corretas.
 - c) Apenas três assertivas estão corretas.

- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

18. Acerca da petição inicial, julgue os itens a seguir:

- I. Se o advogado, postulando em causa própria, deixar de declarar o seu número de inscrição na OAB, o juiz ordenará que se supra a omissão no prazo de 5 (cinco) dias.
- II. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.
- III. Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si ou quando da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

19. Sobre o valor da causa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, considerar-se-ão apenas as vencidas.
- b) O juiz não pode corrigir o valor da causa de ofício, devendo intimar a parte para que o faça no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) A toda causa será atribuído valor certo, exceto se não tiver conteúdo econômico imediatamente aferível.
- d) O réu deverá impugnar, em autos apartados, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão.
- e) O valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 (um) ano, e, se por tempo inferior, será igual à soma das prestações.

20. Sobre o IRDR, marque a opção incorreta:

- a) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.
- b) Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) Os tribunais manterão banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.
- d) Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.
- e) O instituto do “overruling” é reconhecido e aplicado no Brasil quando o caso concreto em julgamento apresenta particularidades que não permitem aplicar adequadamente a jurisprudência do tribunal pacificada em um precedente normativo.

21. Sobre os poderes expressamente concedidos ao relator pelo Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar que poderá

- a) dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a súmula do próprio tribunal, não sendo obrigatória a concessão de prazo para apresentação de contrarrazões pelo recorrido.
- b) considerar de plano inadmissível recurso interposto sem o respectivo preparo.
- c) negar provimento a recurso contrário a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, não sendo obrigatório que se conceda previamente prazo para apresentação de contrarrazões.
- d) apreciar o pedido de tutela provisória, apenas nos processos de competência originária do tribunal.
- e) antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 15 dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

22. Marque a alternativa errada relacionada à ação rescisória:

- a) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for proferida por juiz impedido, suspeito ou por juízo absolutamente incompetente;
- b) A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para a ação quando não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção; quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei; e em outros casos em que se imponha sua atuação.
- d) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória
- e) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.

23. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas e em recursos especial e extraordinário repetitivos.
- b) O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual.
- c) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.
- d) A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.
- e) Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, deve haver modulação.

24. Sobre as Provas no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente e pode prejudicar os litisconsortes.
- c) A distribuição dinâmica do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, desde que antes do processo.
- d) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.
- e) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para falar sobre o documento constante nos autos.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

25. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

- I. Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor ou do comprador.
- II. É válida a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, ainda que não tenha sido previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma.
- III. Não é abusiva a cláusula de tolerância nos contratos de promessa de compra e venda de imóvel em construção que prevê prorrogação do prazo inicial para a entrega da obra pelo lapso máximo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que observado o direito de informação ao consumidor.

IV. A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 48 horas contado da data da contratação.

V. É abusiva a negativa de cobertura para tratamento de emergência ou urgência do segurado mesmo sob o argumento de necessidade de cumprimento do período de carência, sendo devida a reparação por danos morais.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

26. Representa princípio que reforça a ideia de que o Código de Defesa do Consumidor incide sobre alguns serviços públicos, sendo diretamente relacionado ao princípio da eficiência:

- a) Princípio da coibição e repressão ao abuso.
- b) Princípios da educação e da informação.
- c) Princípio da racionalização e melhoria dos serviços públicos.
- d) Princípio da boa-fé objetiva.
- e) Princípio da harmonia nas relações de consumo.

27. No caso de produto adquirido pelo consumidor apresentar defeito, por não oferecer a segurança que dele legitimamente se espera, o comerciante será responsabilizado:

- a) somente se o fabricante não puder ser identificado, sendo que aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir nos mesmos autos, mas vedada a denúncia da lide.
- b) somente se o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, sendo que aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, em processo autônomo ou em intervenção de terceiros, na modalidade de denúncia da lide.
- c) se o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados, sendo que aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir nos mesmos autos, mas vedada a denúncia da lide.
- d) somente se não conservar adequadamente os produtos perecíveis, sendo que aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, em processo autônomo ou em intervenção de terceiros, na modalidade de denúncia da lide.
- e) se provar que não colocou o produto no mercado, sendo que aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, em processo autônomo ou em intervenção de terceiros, na modalidade de denúncia da lide.

28. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços, que:

- a) subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia, paga ou não, nos casos previstos no CDC.
- b) estabeleçam obrigações consideradas abusivas, que coloquem o consumidor em vantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.
- c) estabeleçam inversão do ônus da prova a favor do consumidor.
- d) deixem ao consumidor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o fornecedor.
- e) impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis.

29. Rodrigo foi diagnosticado com uma grave doença renal crônica, tendo seu médico receitado um medicamento que custava cerca de R\$ 80 mil (oitenta mil reais). Contudo, Rodrigo é funcionário de um supermercado, auferindo renda de um salário mínimo, o que lhe impossibilita de custear o tratamento. Ele solicitou, então, que o plano de saúde coletivo empresarial do qual ele é cliente fornecesse o medicamento, o que foi negado pela operadora, sob o argumento de que se trata de um remédio de uso domiciliar, para administração em ambiente externo ao da unidade. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Os medicamentos receitados por médicos para uso doméstico e adquiridos comumente em farmácias estão, em regra, cobertos pelos planos de saúde.
- b) É lícita a exclusão, pela operadora de plano de saúde, do fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, salvo os antineoplásicos orais (e correlacionados), a medicação assistida (home care) e os incluídos no rol da Agência Nacional de Saúde para esse fim

- c) As normas do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se diretamente aos planos de saúde, e, em casos de incompatibilidade de normas, pelo critério da vulnerabilidade, deve prevalecer o CDC.
- d) Se o contrato de plano de saúde contiver cláusula que vede de forma absoluta o custeio do serviço de home care (tratamento domiciliar), a operadora do plano não será de modo algum obrigada a custeá-lo em substituição à internação hospitalar contratualmente prevista.
- e) No âmbito do Sistema Único de Saúde, a assistência farmacêutica está em atividade, mas inexistente qualquer política pública que garanta o acesso de fármacos à população, especialmente os de alto custo, devendo o necessitado sempre recorrer ao Poder Judiciário.

30. Jomar celebrou contrato de adesão para prestação de serviços com determinada empresa, tendo o fornecedor inserido uma cláusula resolutória alternativa, cujo texto foi sublinhado, com escolha do fornecedor. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) a cláusula é nula por falta de destaque.
- b) a cláusula é válida porque não lesa o consumidor.
- c) a cláusula é válida porque o fornecedor pode inserir unilateralmente cláusulas no contrato.
- d) a cláusula é inválida porque o consumidor fica em posição desfavorável perante o fornecedor.
- e) a cláusula é inválida porque o consumidor pode discutir ou modificar substancialmente o conteúdo do contrato.

31. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) Na ação consumerista, o Ministério Público faz jus à inversão do ônus da prova, independentemente daqueles que figurem como autores ou réus da demanda.
- b) A ausência de comunicação acerca da disponibilização/comercialização de informações pessoais do consumidor em bancos de dados configura dano moral, mas este não pode ser presumido.

- c) A pretensão indenizatória do consumidor de receber ressarcimento por prejuízos decorrentes de vício no imóvel se submete ao prazo prescricional previsto no art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.
- d) A operadora do plano de saúde, na condição de fornecedora de serviço, responde subsidiariamente perante o consumidor pelos defeitos em sua prestação, seja quando os fornece por meio de hospital próprio e médicos contratados ou por meio de médicos e hospitais credenciados.
- e) O Código de Defesa do Consumidor - CDC, em regra, é aplicável aos contratos administrativos, tendo em vista as prerrogativas asseguradas aos consumidores, como parte vulneráveis.

32. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, acerca das Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público atuará sempre como fiscal da lei.
- b) Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como assistentes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.
- c) Em caso de procedência do pedido, a condenação será específica e líquida, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- d) A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados concorrentes a promoverem as ações coletivas.
- e) A execução não poderá ser coletiva, devendo ser promovida pelas vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

33. Assinale a alternativa que completa corretamente o enunciado da questão. Recentemente, a Lei nº 14.154 de 2021 promoveu alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente para:

- a) especificar que os direitos previstos no Estatuto se aplicam a todas as crianças e adolescentes sem qualquer discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.
- b) determinar a realização, pelo poder público, de atividade de assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- c) instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
- d) especificar que os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a ordem de progressão.
- e) garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

34. A respeito da competência da Justiça da Infância e da Juventude para julgamento de demandas coletivas relativas aos direitos e interesses da criança e do adolescente em caso de conflito com a competência das Varas da Fazenda Pública, considerando-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O Juízo da Infância e da Juventude do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão tem competência absoluta para o julgamento desses processos coletivos, ressalvadas as competências das Varas da Fazenda Pública, da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais.
- b) A competência das Varas da Fazenda Pública fixada pela legislação local é especial em relação à competência das Varas da Infância e da Juventude.
- c) A competência das Varas da Infância e da Juventude prevalece em relação à das Varas da Fazenda Pública quando estiver em discussão direitos de criança ou adolescente em situação de risco ou abandono.
- d) A competência das Varas da Fazenda Pública prevalece quando estiver em jogo demanda de prestação com impacto econômico para a Administração Pública; por outro lado, no caso de processo em que estiver em jogo a estruturação de política pública, sem impacto econômico imediato para a Administração, a regra é a prevalência da Vara da Infância e da Juventude.
- e) A competência das Varas da Infância e da Juventude prevalece em relação à competência das Varas da Fazenda Pública para o julgamento de demandas alusivas a direitos e interesses coletivos da criança e do adolescente, independentemente da existência de situação de risco ou abandono.

35. Analise as assertivas abaixo a respeito do instituto da guarda compartilhada:

- I. Guarda compartilhada não se confunde com guarda alternada.
- II. A guarda compartilhada não exige a custódia física conjunta, desde que haja divisão igualitária do tempo de convivência dos filhos com os pais.
- III. A guarda compartilhada impõe o compartilhamento de responsabilidades entre os genitores e admite flexibilidade na fixação do regime de visitas ou convivência.
- IV. Apesar de que não se exija a moradia de ambos os genitores no mesmo local geográfico para a fixação de guarda compartilhada, é vedada a sua concessão caso um dos genitores resida em outro país.
- V. Quando da fixação da guarda compartilhada, é recomendável a determinação de uma residência principal, observando-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Assinale a alternativa que indica todas as assertivas corretas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e V.
- c) I e III.
- d) I, IV e V.
- e) I, II e V.

36. Considere a seguinte situação: João, órfão, à época com 16 anos de idade, foi adotado por Pedro e Maria. No curso do procedimento de adoção foi emitido Relatório Psicológico indicando a existência de afeto entre o menor e os pretendentes a adoção. Da decisão concessiva de adoção consta observação a respeito da concordância do menor, apesar de não existir nos autos qualquer manifestação nesse sentido de João. Após um ano, João resolve abandonar sua residência com os pais adotivos, manifestando sua discordância com a adoção. Pedro e Maria ingressam com ação rescisória pretendendo desconstituir a decisão concessiva da adoção. Consta da petição documento assinado por João, já maior de idade, manifestando sua contrariedade à adoção. A respeito dessa situação, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A ação rescisória é meio processual adequado para a pretensão veiculada, no entanto, é inviável o seu acolhimento, uma vez que é irrevogável a adoção.
- b) O meio processual adequado para a pretensão veiculada seria a ação anulatória, não a rescisória. No entanto, considerada a discordância em relação à adoção manifestada por João, é admissível a aplicação do princípio da fungibilidade, de modo que a ação pode ser conhecida.
- c) O meio processual adequado para a pretensão veiculada seria uma ação ordinária, pois a discordância de João em relação à adoção é fato novo que não pode ser apreciado em sede de ação rescisória.
- d) O meio processual adequado para a pretensão veiculada seria uma ação anulatória, uma vez que o procedimento de adoção realizado se caracteriza como procedimento de jurisdição voluntária, ausente qualquer impugnação à pretensão adotiva.
- e) A ação rescisória é meio processual adequado para a pretensão veiculada e é viável o seu acolhimento, apesar da regra da irrevogabilidade da adoção, a qual não deve ser interpretada em prejuízo do próprio adotado.

37. Imagine a seguinte situação. Juiz substituto do Estado de Goiás proferiu decisão condenatória da qual constava o seguinte trecho: "[...] Deixo de aplicar o princípio da consunção em relação à conduta de armazenar material pornográfico envolvendo criança ou adolescente, pois não há qualquer evidência nos autos que aponte que as fotos e vídeos armazenados fossem utilizados exclusivamente na atividade criminosa de distribuição. [...] Em relação à dosimetria da pena do crime do artigo 241-A do ECA, na primeira fase, entendo que cabe a valoração negativa da personalidade do agente, pois está comprovado o seu grande interesse pela pornografia infantil, de modo que fixo a pena-base em 3 anos e 3 meses de reclusão. Na segunda fase, não há circunstâncias atenuantes ou agravantes. Por fim, determino a exasperação da pena na fração de 1/3, considerada a grande quantidade de material distribuído ao longo da vil empreitada." Sobre o entendimento veiculado na sentença, assinale a alternativa correta:

- a) A pena-base do crime do artigo 241-A do ECA foi fixada aquém do mínimo legal, o que é inadequado.
- b) É inadequada a valoração negativa da personalidade do agente, pois fundada em elemento intrínseco do crime.
- c) É inadequada a condenação simultânea pelas condutas de armazenamento e de distribuição do material contendo pornografia infantil, pois os tipos não são autônomos entre si.
- d) A alegação de consunção da conduta de armazenamento do material contendo pornografia infantil deveria ter sido acolhida pelo Juiz à luz da jurisprudência do STJ, pois há uma relação de meio e fim necessária entre os dois crimes.
- e) A causa de aumento da pena em razão da grande quantidade de material distribuído foi fixada de modo inadequado, pois ausente fundamentação para o aumento no patamar de 1/3 em detrimento do patamar mínimo de 1/4.

38. Nos processos em que se discute direitos da criança e do adolescente, o ideal é que a postura dos participantes do processo seja o mais próximo possível de um ideal de Justiça Restaurativa. Buscando alcançar esse objetivo, o CNJ editou a Resolução nº 255 de 2016, na qual são elencados diversos aspectos da política pública de Justiça Restaurativa. Sobre as regras desse ato normativo, assinale a alternativa correta:

- a) Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, ainda que em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial.
- b) É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, inclusive após a homologação do procedimento restaurativo.
- c) Os participantes devem ser informados sobre o procedimento e sobre as possíveis consequências de sua participação, bem como do seu dever de estar assistido por advogado ou defensor público em todas as fases do procedimento.
- d) O acordo decorrente do procedimento restaurativo deve ser formulado a partir da livre atuação e expressão da vontade de todos os participantes, e os seus termos, impostos pela autoridade pública, conterão obrigações razoáveis e proporcionais, que respeitem a dignidade de todos os envolvidos.
- e) São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a publicidade, a celeridade e a urbanidade.

39. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 622, proferiu importante decisão a respeito da validade do Decreto Federal nº 10.003/2019, o qual estabelecia regras sobre o funcionamento do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – Conanda. Sobre o entendimento firmado nesse precedente, tomando em conta ainda a legislação existente a respeito, podemos afirmar corretamente que:

- a) A participação de organizações da sociedade civil nas ações governamentais voltadas à proteção da criança e do adolescente decorre de opção política discricionária do Governo Federal, não cabendo interpretar a Constituição Federal de modo a se concluir pela existência de mandamento constitucional que garanta essa participação.
- b) O ECA determina expressamente a existência de participação popular paritária nos Conselhos da criança e do adolescente em âmbito federal, previsão que não se estende aos Estados e Municípios, os quais têm competência autônoma para a configuração de suas políticas públicas.
- c) Cabe ao próprio Conanda a atribuição de dispor sobre seu funcionamento, nela incluídos os critérios de escolha de seu presidente e a seleção dos representantes das entidades da sociedade civil, de acordo com previsão específica do ECA.
- d) É essencial a existência de instâncias de controle dos atos do Poder Público, o que se concretiza inclusive pela previsão da participação de representantes da sociedade civil na composição do Conanda, revelando-se exorbitante dos parâmetros constitucionais e legais ato de conformação do órgão que esvazie ou torne inviável referida participação.
- e) A previsão de que a escolha dos representantes da sociedade civil para a composição do Conanda ocorra por meio de processo seletivo elaborado pelo próprio Poder Público federal não desborda da configuração institucional almejada pelo ato de criação do Conselho.

40. Assinale a alternativa correta. NÃO é competência da direção do programa de prestação de liberdade assistida:

- a) supervisionar o desenvolvimento da medida.
- b) selecionar e credenciar orientadores e os designar para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida.
- c) receber os adolescentes e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa.
- d) decidir a respeito da suspensão da medida.
- e) avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida.

DIREITO PENAL

Ivan Marques

41. Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia:

- a) O tráfico de drogas, o terrorismo, o genocídio e o assédio sexual.
- b) O tráfico de drogas, o terrorismo, o furto de explosivos e a homofobia.
- c) A prática da tortura, o tráfico de drogas, o terrorismo e o tráfico de pessoas.
- d) A prática da tortura, o tráfico de drogas, o terrorismo e o racismo.
- e) A prática da tortura, o terrorismo e o assédio sexual.

42. A respeito das alterações do Código Penal pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) aponte a alternativa correta:

- a) Caso o agente de segurança pública repila agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes, estará acobertado pela legítima defesa, independentemente do preenchimento dos demais requisitos tradicionais da excludente de ilicitude indicada.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante a Vara da Fazenda Pública, pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- c) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.
- d) A prática de falta grave não possui interferência na obtenção do livramento condicional.
- e) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

43. Mauro decide agredir Flávio, um agente penitenciário, com intenção de lesioná-lo em razão de sua função. As agressões foram intensas e deram causa a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima. Diante dessa situação, é preso em flagrante e conduzido ao seu Distrito Policial. A autoridade policial deverá imputar ao agente:

- a) tentativa de homicídio simples, que não caracteriza crime hediondo.
- b) tentativa de homicídio qualificado, crime hediondo.
- c) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, crime hediondo pela motivação e qualidade da vítima.
- d) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, crime próprio por força da qualidade especial de funcionário público da vítima.
- e) tentativa de lesão corporal seguida de morte, pelo preterdolo e pela intensidade das agressões.

44. O benefício da suspensão condicional da pena:

- a) pode ser concedido a condenado a pena privativa de liberdade, desde que esta não seja superior a quatro anos e que aquele não seja reincidente em crime doloso.
- b) é cabível nos casos de crimes praticados com violência ou grave ameaça, desde que a pena privativa de liberdade aplicada não seja superior a dois anos, incluindo o contexto de violência de gênero.
- c) pode estender-se às penas restritivas de direitos e à de multa, casos em que se suspenderá, também, a execução dessas penas.
- d) deverá ser, obrigatoriamente, revogado no caso da superveniência de sentença condenatória irrecorrível por crime doloso, culposo ou contravenção contra o beneficiário.
- e) impõe que, após o cumprimento das condições impostas ao beneficiário, seja proferida sentença para declarar a extinção da punibilidade do agente.

45. Considerando a jurisprudência do STJ, assinale a opção CORRETA:

- a) Constitui crime impossível a tentativa de furto em loja comercial dotada de sistema de monitoramento por câmeras de vídeo, por impossibilidade de sua consumação.
- b) A prisão em flagrante do suspeito de crime de receptação na posse da *res furtiva*, ciente do crime antecedente de furto, comprova a materialidade do delito.
- c) A utilização de arma de fogo desmuniada para intimidar a vítima caracteriza a elementar “grave ameaça” e acarreta a aplicação da majorante prevista no Código Penal.
- d) Os crimes de furto e de roubo só se consumam quando o agente detém a posse mansa, pacífica e tranquila do bem subtraído.
- e) O estelionato cometido mediante cheque sem fundos independe da espécie de elemento subjetivo.

- 46.** A corrente/teoria penal que se funda na ideia de que as normas jurídicas devem ser aplicadas para assegurar a vigência das próprias normas, pouco importando o bem jurídico tutelado, é
- a) a teoria do garantismo penal, de Luigi Ferrajoli.
 - b) o funcionalismo teleológico-racional, de Claus Roxin.
 - c) o funcionalismo sistêmico, de Günther Jakobs.
 - d) a teoria da tipicidade conglobante, de Eugenio Zaffaroni.
 - e) a teoria constitucionalista do delito.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

- 47.** No tocante à ação penal, é correto afirmar:
- a) no caso de morte comprovada do acusado, o juiz, independentemente de oitiva do Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.
 - b) o acordo de não persecução penal não será cabível se o delito praticado possuir pena mínima superior a 2 (dois) anos.
 - c) se numa persecução penal o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los, deverá solicitar ao juízo que os requisite.
 - d) a renúncia ao exercício do direito de queixa e o perdão do acusado, em regra, se estendem a todos os autores do crime.
 - e) o inquérito policial é obrigatório nos casos de ação penal pública incondicionada.
- 48.** Julgue os itens a seguir a respeito da ação civil.
- I – Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
 - II – De acordo com a jurisprudência, para ajuizamento da ação civil visando indenização pelos danos causados por infração penal, é necessário o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

- III – Em caso de absolvição no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
 - IV – A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime impede a propositura da ação civil.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - e) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

- 49.** Assinale a opção correta sobre a competência no processo penal, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.
- a) A previsão de crime em tratado ou convenção internacional atrai, automaticamente, a competência da Justiça Federal, tendo em vista a possibilidade de virem a ser aplicadas sanções à União em decorrência da sua inobservância.
 - b) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão que expediu o documento.
 - c) O foro especial por prerrogativa de função se estende a magistrados aposentados.
 - d) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, ainda que acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, praticados por meio da rede mundial de computadores.
 - e) Não há conflito de competência entre Tribunal de Justiça e Turma Recursal de Juizado Especial Criminal de um mesmo Estado, já que a Turma Recursal não possui qualidade de ‘tribunal’ e a este é subordinada.

50. A respeito das medidas assecuratórias, julgue as afirmações a seguir.

I – O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou mesmo quando do inquérito policial.

II – A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase da persecução penal, desde que haja indícios suficientes da materialidade e da autoria do crime.

III – Se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, poderão ser arrestados bens móveis suscetíveis de penhora, nos termos em que é permitida a hipoteca legal dos imóveis.

IV – O sequestro poderá ser embargado por terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

51. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas

- a) as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, tais como busca e apreensão promovida na residência sem autorização judicial.
- b) as derivadas das ilícitas, salvo quando não for possível a prova do fato por outro meio legalmente aceito.
- c) as obtidas em violação a normas legais, como a inversão da ordem de inquirição das testemunhas decorrente da necessidade de expedição de carta precatória.
- d) as provas colhidas sem contraditório da parte, ainda que em sede de investigação criminal.
- e) as obtidas em violação a normas constitucionais, como a obtenção de confissão mediante tortura ou o acesso a dados de agenda telefônica de celular no momento do flagrante.

52. No tocante aos impedimentos e suspeições, assinale a opção correta.

- a) Ocorre a suspeição quando o juiz tiver funcionado em outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- b) O juiz dar-se-á por suspeito se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- c) Considera-se impedido o juiz que tiver aconselhado qualquer das partes.
- d) Há impedimento se o juiz for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
- e) Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, não se admitindo dilação probatória.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

53. O sistema dos Juizados Especiais Criminais possui regramento próprio. A respeito de uma dos institutos despenalizadores - a transação penal -, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cumprido o acordo homologado, que faz coisa julgada material, deverá o Ministério Público executá-lo na Vara das Execuções Criminais e, se não tiver interesse, encaminhará a pena para a Vara da Fazenda Pública.
- b) Na ausência de proposta do Ministério Público, caberá ao juiz criminal propô-la, em respeito ao direito público subjetivo do suspeito imediatamente encaminhado ao JECRIM.
- c) No crime de lesão corporal culposa decorrente de violência doméstica, familiar ou afetiva contra a mulher, não poderá o Ministério Público oferecer a proposta, pelo critério da especialidade.
- d) No crime de lesão corporal leve entre irmãos, a homologação do acordo de composição civil dos danos não impede a posterior transação penal.
- e) O instituto da transação penal é inconstitucional pois permite a aplicação de pena criminal antes do exercício da ampla defesa e do contraditório no processo criminal.

54. O juiz, ao substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos para os delitos expressos no Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, deverá estipular a prestação de serviços à comunidade, obrigatoriamente em:

- a) Órgãos de Trânsito para tarefas de cunho administrativo.
- b) Estradas de rodagem para tornar o trânsito mais seguro.
- c) Hospitais que recebem vítimas de trânsito.
- d) Sinalização de trânsito.
- e) Auxílio na aplicação das provas do órgão de trânsito.

55. Aponte a alternativa CORRETA a respeito da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), após a análise das assertivas a seguir:

I - a natureza da droga é uma circunstância a ser valorada na pena-base pelo magistrado.

II - o comércio efetivo da droga é pressuposto de tipicidade para o delito de associação para o tráfico de drogas.

III - a associação para o tráfico e o tráfico privilegiado de drogas não possuem natureza hedionda ou equiparada.

São CORRETAS as assertivas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) Apenas a III
- e) Apenas a II

56. De acordo com a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente assinale a alternativa CORRETA.

- a) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a 3 (três) anos.
- b) Não há previsão expressa de desconsideração da personalidade jurídica de empresas que praticam crimes ambientais.

c) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é causa excludente de culpabilidade.

d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos, valor esse não deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

e) Não é crime o abate de animal em razão de seu caráter nocivo, valoração essa feita pelo magistrado, por força das especificidades locais ou regionais.

57. A respeito do afastamento do agressor do lar conjugal, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, nos termos da Lei Maria da Penha, aponte a alternativa CORRETA:

a) o juiz somente poderá fazê-lo a requerimento da ofendida.

b) qualquer policial responsável pelo atendimento da ofendida poderá fazê-lo, desde que presentes os requisitos legais.

c) qualquer delegado poderá decidir a respeito, mesmo que o Município seja sede de comarca.

d) o juiz será comunicado em 48 horas do afastamento do agressor do lar conjugal, caso o afastamento tenha sido decidido pela autoridade policial.

e) Não há essa possibilidade antes do exercício constitucional da ampla defesa e do contraditório, em respeito às regras constitucionais que protegem a família e a propriedade.

58. No tocante às regras do procedimento comum sumaríssimo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento sumário, em respeito ao princípio da economia processual.
- b) Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento sumário, em respeito ao princípio da celeridade.
- c) A homologação da composição dos danos civis não impede o exercício do duplo grau de jurisdição por quem se sentiu prejudicado com o acordo, já que previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- d) Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer, salvo do ofendido, para evitar a criminalização secundária estatal.
- e) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

59. Segundo JJ Gomes Canotilho, o método de interpretação constitucional que pressupõe a compreensão do problema concreto a resolver, de modo a existir a primazia do problema sobre a norma é o

- a) método hermenêutico clássico.
- b) método tópico-problemático.
- c) método hermenêutico-concretizador.
- d) método científico-espiritual.
- e) método normativo-estruturante.

60. Por iniciativa do Tribunal de Justiça de Goiás, a Assembleia Legislativa aprovou e o Governador sancionou, promulgou e encaminhou à publicação a Lei XX/2021, que atribui ao Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar originariamente mandado de segurança contra ato de determinadas autoridades estaduais.

A respeito da Lei XX/2021, considerando a redação da Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- a) A Lei XX/2021 é inconstitucional, porque as competências do Tribunal de Justiça de Goiás são definidas pelo Regimento Interno do Tribunal.
- b) A Lei XX/2021 é constitucional, tendo sido respeito o processo legislativo e a iniciativa exclusiva do Tribunal de Justiça acerca da matéria.
- c) A Lei XX/2021 é inconstitucional, uma vez que o assunto é reservado à lei complementar.
- d) A Lei XX/2021 é inconstitucional, porque é matéria que deve ser disciplinada na Constituição do Estado.
- e) A Lei XX/2021 é inconstitucional, porque a competência do Tribunal de Justiça deve ser definida na lei de organização judiciária.

61. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos autos do processo administrativo 101010, dezenas de ocupantes de cargo em comissão dos quadros do Tribunal de Justiça de Goiás, criados pela Lei YY/2020, foram exonerados. Inconformado, o Sindicato de Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás ajuizou ação anulatória do ato do CNJ. Consoante redação da Constituição Federal e segundo posicionamento do Supremo Tribunal, a competência para processar e julgar a ação anulatória é

- a) de juiz federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça.
- c) do Tribunal de Justiça de Goiás.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) de Juiz do Trabalho.

62. “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.” (artigo 236 da CF/88). A norma constitucional, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata, de eficácia diferida.

63. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O Procurador-Geral da República poderá propor ação direta de inconstitucionalidade para requerer a retirada da medida provisória do ordenamento jurídico.
- d) A medida provisória poderá ser rejeitada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por decisão da maioria relativa de seus membros.
- e) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.

64. João, Maria e seus dois filhos são venezuelanos e residem no Brasil, clandestinamente, há dois anos ininterruptos. Os filhos do casal estão em idade escolar. João foi contaminado pelo COVID-19 e precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.

b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.

c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.

d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.

e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

65. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) foi subscrita por 208 deputados federais e teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. No primeiro turno de votação, recebeu 315 votos favoráveis e, no segundo turno, 308 votos. Tendo sido enviada ao Senado, o texto foi aprovado, sem alteração, em dois turnos de votação, por 60% do total de membros da Casa em cada turno. Em seguida, a emenda foi promulgada pelo Presidente da República e enviada à publicação. A respeito da narrativa, indique a alternativa correta.

a) Houve falha na iniciativa, uma vez que 208 deputados não são legitimados à propositura de PEC.

b) No Senado, a PEC não atingiu o quórum suficiente para ser aprovada.

c) O Presidente da República não tem competência para promulgar emenda e nem para enviá-la à publicação.

d) O processo legislativo transcorreu como determinado pela Constituição Federal e não apresentou nenhum vício formal.

e) A PEC deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, se manifestar sancionando ou vetando.

66. A União, ao legislar sobre registros públicos, assegurou a gratuidade dos assentos do registro civil de nascimento e o de óbito e da primeira certidão respectiva. A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) contra a edição da lei, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade sob argumento de que houve ofensa ao princípio da proporcionalidade. A respeito do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A referida lei é inconstitucional, uma vez que configura ilegítima intervenção estatal nos serviços exercidos em caráter privado, conforme prevê o artigo 236 da Constituição Federal.
- b) Compete à União apenas fixar normas gerais acerca de registros públicos, sendo da competência estadual a criação das normas específicas.
- c) A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros é empresarial e sujeita-se a um regime de direito privado, de modo que fere o princípio da proporcionalidade a exigência de que o particular cumpra obrigação do Poder Público de fornecer certidões gratuitamente.
- d) Os estados poderão legislar sobre normas específicas de registros públicos, caso a União faça a delegação de competência por meio de lei complementar.
- e) A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

67. Sobre a propaganda eleitoral na internet, assinale a alternativa correta:

- a) os endereços eletrônicos utilizados devem ser comunicados à Justiça Eleitoral, vedada a utilização dos mesmos endereços em uso antes do início da propaganda.
- b) blog editado por pessoa natural pode ser utilizado na propaganda eleitoral, desde que não haja contratação de impulsionamento de conteúdos.
- c) é permitida a veiculação de propaganda eleitoral em sítio eletrônico de pessoa jurídica sem fins lucrativos, desde que gratuita.

d) a ausência de comunicação de sítio eletrônico utilizado na propaganda eleitoral à Justiça Eleitoral enseja a aplicação de multa eleitoral, a qual pode ser afastada caso o apenado comprove a ausência de prejuízo ao processo eleitoral.

e) o provedor de aplicação de internet que possibilita o impulsionamento pago de conteúdos não poderá ser responsabilizado por danos decorrentes do conteúdo impulsionado em nenhuma hipótese.

68. É possível o parcelamento de multas eleitorais das pessoas jurídicas:

- a) em até 60 meses, salvo quando o valor da parcela ultrapassar 2% do faturamento, hipótese em que o parcelamento pode se estender por prazo superior, de modo que as parcelas não ultrapassem referido limite.
- b) em até 50 meses, salvo quando o valor da parcela ultrapassar 2% do faturamento, hipótese em que o parcelamento pode se estender por prazo superior, de modo que as parcelas não ultrapassem referido limite.
- c) em até 60 meses, salvo quando o valor da parcela ultrapassar 3% do faturamento, hipótese em que o parcelamento pode se estender por prazo superior, de modo que as parcelas não ultrapassem referido limite.
- d) em até 50 meses, salvo quando o valor da parcela ultrapassar 3% do faturamento, hipótese em que o parcelamento pode se estender por prazo superior, de modo que as parcelas não ultrapassem referido limite.
- e) em até 30 meses, salvo quando o valor da parcela ultrapassar 3% do faturamento, hipótese em que o parcelamento pode se estender por prazo superior, de modo que as parcelas não ultrapassem referido limite.

69. Carolina foi condenada à suspensão dos direitos políticos pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que ensejou lesão ao patrimônio público em decisão proferida por órgão judicial colegiado ainda não publicada. Nessa situação, o pedido de registro de candidatura de Carolina:

- a) não pode ser indeferido em razão da condenação por improbidade, pois não houve trânsito em julgado.
- b) não pode ser indeferido em razão da condenação por improbidade, pois não houve publicação.
- c) não pode ser indeferido em razão da condenação por improbidade, pois o ato de improbidade não ensejou enriquecimento ilícito.
- d) pode ser indeferido com base na condenação por improbidade caso a publicação ocorra até a data das eleições.
- e) pode ser indeferido com base na condenação por improbidade independentemente de qualquer outra condição.

70. Imagine a seguinte situação, considerando que todos os fatos foram devidamente provados. Prefeito municipal simula a existência de doença para que o vice-Prefeito assuma o cargo pelo período de 10 dias. O dia imediatamente seguinte ao final dos 10 dias de substituição é exatamente 5 meses antes das eleições. Xavier, irmão do vice-Prefeito que já exerce o cargo de vereador, pretende se candidatar para o cargo de Prefeito. Sobre a situação, é possível afirmar que:

- a) não é inelegível, pois a inelegibilidade dos familiares de pessoa que substituiu o Prefeito municipal nos 6 meses anteriores ao pleito não alcança os irmãos.
- b) não é inelegível, pois seu irmão exerceu a substituição do Prefeito municipal nos 6 meses anteriores ao pleito em virtude de fraude.
- c) não é inelegível, pois a inelegibilidade referente aos familiares alcança apenas os substitutos do Prefeito municipal que exerceram o cargo nos 5 meses anteriores ao pleito.
- d) não é inelegível, pois Xavier já exercia cargo eletivo municipal, o que afasta a incidência da inelegibilidade dos familiares de pessoa que substituiu o Prefeito municipal nos 6 meses anteriores ao pleito.

e) é inelegível, pois seu irmão exerceu o cargo de Prefeito nos 6 meses anteriores ao pleito.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. A Xpto Supermercados Ltda. é sediada na cidade de Itaberaí e alienou sua única filial, que era estabelecida na cidade de Faina. Nesse caso, dispõe o direito brasileiro que:

- a) a Xpto Ltda. não poderá se restabelecer em Faina nos próximos 10 anos, salvo autorização da adquirente.
- b) o adquirente responderá pelo passivo cível contabilizado pela filial, mas a Xpto Ltda. continuará solidariamente responsável pelo prazo de um ano a contar da data alienação.
- c) os contratos celebrados para a exploração da filial fainense serão considerados resolvidos com a alienação.
- d) esse ato poderá fundamentar pedido de falência contra a Xpto Ltda., se com esta não restarem bens suficientes para solver seu passivo e ela não obtiver o consentimento de todos os credores.
- e) a cessão dos créditos referentes à filial de Faina produzirá efeito em relação a seus devedores desde o momento da alienação.

72. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Na omissão do contrato social da sociedade limitada, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de mais de 1/4 (um quarto) do número de sócios.
- b) Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato instituir conselho fiscal composto de 3 (três) ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembleia anual de sócios.
- c) A convocação da reunião ou da assembleia de sócios é atribuição que pertence, exclusivamente, aos administradores da sociedade.

d) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

e) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de 10 (dez) anos da data do registro da sociedade. Acrescente-se que a contribuição para formar o capital não pode consistir em prestação de serviços.

73. Poderá requerer a recuperação judicial o devedor

a) que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades empresariais pelo período mínimo de seis meses.

b) que obteve recuperação judicial anterior, desde que decorridos ao menos 2 anos da publicação da sentença concessiva desta.

c) condenado por crimes falimentares, desde que decorridos ao menos 3 anos, bem como pelo cumprimento da penalidade imposta.

d) falido, desde que estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades decorrentes da falência.

e) empresa pública ou sociedade de economia mista exercente de atividade econômica não sujeita ao regime de monopólio.

74. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta.

a) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto às partes e a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Pessoas Jurídicas, e de publicado na imprensa local.

b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, mesmo não contabilizados, continuando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado, pelo prazo de três anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

c) A transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

d) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dez anos subsequentes à transferência; no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição persistirá durante o prazo contratual, não podendo ser superior a cinco anos.

e) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da assinatura do contrato, e, a partir da publicação da transferência, o devedor que pagar ao cedente, mesmo de boa-fé, terá que pagar novamente ao adquirente.

75. Considere que determinada sociedade limitada constituída por três sócios, sendo um deles o sócio administrador, ainda não esteja com seu capital social totalmente integralizado. Nessa situação, a responsabilização

a) deverá recair primeiramente sobre os sócios que ainda não tiverem integralizado suas quotas de capital social.

b) dos sócios restringir-se-á aos valores de suas quotas de capital.

c) dos sócios será subsidiária, devendo o sócio administrador ser responsabilizado em primeiro lugar.

d) será do sócio administrador, em razão de suas atribuições sociais.

e) será solidária em face da não integralização total do capital social.

76. Cheque é título de crédito sacado contra instituição financeira e que

- a) para a execução contra o emitente, tem prazo prescricional de 6 meses a contar de sua emissão.
- b) para execução contra o emitente, depende de prévio protesto por falta de pagamento.
- c) depois de prescrito, não pode estribar ação monitória relativa ao respectivo crédito.
- d) depois de prescrito, pode ser objeto de ação de locupletamento contra o emitente.
- e) pode ter o pagamento pelo banco sacado sujeito a termo, mas não a condição.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

77. É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) conversão do depósito em renda
- b) moratória
- c) pagamento
- d) isenção
- e) transação

78. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.
- e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

79. Sobre os impostos de competência municipal é correto afirmar:

- a) Os municípios brasileiros devem estabelecer, por meio de lei complementar, as normas gerais definidoras do fato gerador, bases de cálculo e contribuintes e do ISSQN.
- b) O ITBI é de competência Municipal, porém compete ao Estado da situação do bem a sua instituição.
- c) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada no CTN, o qual foi recepcionado como lei complementar.
- d) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- e) O IPTU não poderá ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel

80. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, ainda que ele tenha sido definitivamente julgado.
- e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal secundária.

81. Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
- c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- e) A anistia pode ser concedida apenas às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

82. Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas que levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- e) As isenções sempre abarcam os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

83. Um grupo escolar pretende realizar uma visita com fins educacionais em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, localizada em Goiânia. Sobre esta situação, assinale a alternativa correta:

- a) Essa visita não poderá ocorrer, já que não é permitida em RPPN.
- b) A visita poderá ocorrer, desde que respeitado o regulamento da unidade de conservação.
- c) O pedido de visita deverá ser dirigido ao órgão ambiental, já que a RPPN é composta apenas por áreas públicas.
- d) A RPPN é uma unidade de conservação pertencente ao grupo de proteção integral, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.
- e) A RPPN poderá ser criada por prazo determinado, desde que respeite o prazo mínimo de 30 anos.

84. Assinale a alternativa correta:

- a) A outorga de direito de uso de recursos hídricos implica a alienação parcial das águas.
- b) Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.
- c) A criação de uma Agência de Água está condicionada a parecer favorável do Ministério do Meio Ambiente.
- d) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.
- e) A água é um bem de domínio misto (público e privado), e desprovido de valor econômico.

85. Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, assinale a alternativa correta:

- a) A PNMA visará, dentre outros objetivos, ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- b) Entende-se por poluidor a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, apenas diretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- c) Constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, como órgãos seccionais, os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.
- d) A servidão ambiental será sempre onerosa.
- e) São instrumentos da PNMA os sistemas estaduais de informações sobre o meio ambiente.

86. Quanto ao entendimento do STJ sobre o direito ao meio ambiente como direito metaindividual, assinale a alternativa correta:

- a) Não é admitida, no que se refere ao dano ambiental, a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar em uma mesma ação, devendo ser requerida em demandas autônomas.
- b) As obrigações ambientais possuem natureza de direito real, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.
- c) No caso de omissão do dever de controle e fiscalização ambiental por parte do Estado, a responsabilidade é subjetiva, devendo se comprovar culpa ou dolo.
- d) Admite-se a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.
- e) A inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental.

87. Sobre a LC 140/11, assinale a alternativa correta:

- a) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, pela União e pelo Estado onde se encontram.
- b) Compete aos Estados elaborar o Plano Diretor, observando a lei orgânica de cada Município.
- c) Os entes federativos não podem valer-se de consórcios públicos como instrumentos de cooperação institucional, ante o princípio da especificidade da proteção ambiental.
- d) Atuação supletiva significa a ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições previstas na referida Lei Complementar.
- e) Compete aos respectivos Municípios promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva.

88. Assinale a alternativa correta quanto aos princípios do direito ambiental:

- a) De acordo com o princípio do usuário-pagador, deve-se proceder à quantificação econômica dos recursos ambientais, de modo a garantir reparação por todo o dano ambiental causado.
- b) O princípio da precaução poderá ser aplicado como um dos fundamentos para a suspensão, pelo órgão ambiental competente, da licença prévia, caso se identifique risco de dano ambiental certo e previsível.
- c) O acesso à informação ambiental é um princípio de direito ambiental previsto apenas na CF, carecendo de previsão infraconstitucional.
- d) A assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental afasta a tipicidade penal, com base no princípio da responsabilização.
- e) O princípio do desenvolvimento sustentável visa harmonizar crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente, garantindo às gerações futuras as condições para o pleno desenvolvimento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

89. Nos termos a jurisprudência do STF, assinale a alternativa incorreta:

- a) São constitucionais as restrições ao exercício da advocacia aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- b) O Estado responde de forma objetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, desde que o jornalista não haja descumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física, caso em que poderá ser aplicada a excludente da responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.
- c) Viola a Constituição Federal a vinculação do subsídio dos deputados estaduais ao quantum estipulado pela União aos deputados federais.
- d) É constitucional a utilização de Decreto Legislativo estadual para a fixação de subsídio de deputados estaduais.
- e) Viola a Constituição Federal a Emenda à Constituição estadual que institui, como limite remuneratório único dos servidores públicos estaduais, o valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

90. Com base nas disposições da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, assinale a opção correta.

- a) A nova lei de licitações não se aplica às concessões de direito real de uso de bens.
- b) O regime diferenciado, mais favorável, aplicável às licitações das microempresas e empresas de pequeno foi extinto com a nova lei de licitações.
- c) Em regra, a fase de habilitação precederá à fase de apresentação de propostas, bem como à fase de julgamento.
- d) A nova lei de licitações aplica-se às compras, salvo às por encomenda, por serem consideradas prestação de serviços.
- e) É válida a realização de licitação, mediante tomada de preços, utilizada pela Administração Pública em julho de 2021, ainda que tal modalidade de licitação não esteja prevista na nova lei de licitações, que entrou em vigor em abril do ano corrente.

91. Em relação aos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos, ao realizar o controle dos atos administrativos discricionários.
- b) A autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, sem necessidade de controle judicial.
- c) Anulação é modalidade de extinção do ato administrativo por motivo de oportunidade ou conveniência, ao passo que revogação é a extinção por ilegalidade do ato.
- d) São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
- e) Motivação e motivo são juridicamente equivalentes.

92. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da regra constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que

- a) Os servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargo público em comissão devem aposentar-se compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade ou, na forma da lei complementar federal, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.
- b) Os servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargo público em comissão podem optar em aderir ao Regime Próprio de Previdência Social.
- c) O servidor em desvio de função tem direito ao reenquadramento para o cargo exercido de fato e à remuneração correspondente a partir daquele ato.
- d) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- e) É vedada a percepção acumulada de proventos de aposentadoria do regime próprio de previdência social ou militar com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

93. Relativamente aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Atua com abuso de poder, na espécie excesso de poder, Secretário de Segurança Pública que removeu determinado assessor em razão de divergências de ideologia política.
- b) A edição de decreto autônomo que implique extinção de órgãos públicos, é competência privativa do Presidente da República, podendo esta ser delegada.
- c) A atribuição concedida ao administrador para organizar e distribuir as funções de seus órgãos de maneira vertical, estabelecendo uma relação de subordinação, decorre do poder hierárquico.
- d) O exercício do poder de polícia é limitado à prática de atos concretos, não podendo se dar por meio de atos normativos.
- e) As fases de ordem, consentimento, fiscalização e sanção de polícia podem ser delegadas às pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

94. No que diz respeito às Parcerias Público Privadas, assinale a alternativa correta

- a) Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- c) Constitui parceria público-privada a concessão comum, ainda que não envolva contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- d) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.
- e) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

95. No que diz respeito ao tema Consórcios Públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
- b) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- c) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido por estatuto próprio.
- d) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- e) O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

96. Acerca dos Contratos Administrativos, é correto afirmar que

- a) Se for reconhecida a nulidade do contrato administrativo por ausência de prévia licitação, a Administração Pública, em regra, não tem o dever de indenizar os serviços prestados pelo contratado.
- b) A empresa possui garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão de serviço de transporte público, ainda que o ajuste tenha sido celebrado sem prévia licitação.
- c) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere automaticamente ao Poder Público contratante, em caráter solidário, a responsabilidade pelo seu pagamento.

- d) Concessionária de rodovia pode cobrar de concessionária de energia elétrica pelo uso de faixa de domínio de rodovia para a instalação de postes e passagem de cabos aéreos efetivada com o intuito de ampliar a rede de energia, ainda que inexista previsão no contrato de concessão, pois tal direito decorre de lei.
- e) Declarada a nulidade de permissão outorgada sem licitação pública ainda antes da CF/88, é possível ao magistrado estabelecer, independentemente de eventual direito a indenização do permissionário, prazo máximo para o termo final do contrato de adesão firmado precariamente.

DIREITO AGRÁRIO

Thiago leite

97. Quanto à teoria geral do direito agrário, assinale a alternativa correta:

- a) O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais e urbanos, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.
- b) Não se considera latifúndio o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado.
- c) O STJ entende que as normas protetivas do Estatuto da Terra se aplicam à empresa rural, haja vista o escopo da legislação agrária.
- d) O princípio da função social da propriedade traz para o titular uma série de deveres. E tais deveres possuem natureza de direito pessoal.
- e) O princípio da permanência na terra não se aplica ao direito agrário, já que deve prevalecer o direito de propriedade.

98. Assinale a alternativa correta:

- a) O empresário rural e a sociedade empresária rural, inscritos no registro público de empresas mercantis, não estão sujeitos à falência.
- b) Ao fim do contrato de arrendamento rural, caso o arrendatário se negue, injustamente, a desocupar o imóvel rural, o arrendante deverá se utilizar da ação de reintegração de posse.
- c) O subarrendamento de imóvel rural sem prévio e expresso consentimento do arrendador é causa que fundamenta o despejo rural.
- d) O abandono parcial do cultivo não é causa justificadora da ação de despejo rural.
- e) No pedido de retomada, apto a justificar a ação de despejo rural, o arrendador não poderá alegar que necessita da área para que seu descendente possa explorá-la.

99. Acerca da desapropriação para fins de reforma agrária, assinale a alternativa correta:

- a) É facultado ao Poder Público estadual desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
- b) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, se dá mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.
- c) A desapropriação por interesse social do imóvel rural que não cumpra sua função social importa a prévia e justa indenização, inclusive no que tange às benfeitorias úteis e necessárias, por meio de títulos da dívida agrária.
- d) A desapropriação para fins de reforma agrária pode incidir sobre a média ou a grande propriedade rural, bastando que sejam improdutivas.
- e) A desapropriação para fins de reforma agrária isenta as operações de transferência do imóvel desapropriado de impostos federais, estaduais e municipais.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área em zona urbana, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - b) As áreas públicas podem ser objeto de usucapião, desde que seja para fins de usucapião constitucional rural.
 - c) A posse necessária para a usucapião constitucional rural é a posse qualificada (com *animus domini*).
 - d) A ação de usucapião constitucional rural é uma ação real imobiliária, cuja sentença possui natureza condenatória.
 - e) O STJ entende que o fato de a área ser inferior ao módulo rural é impedimento para que se reconheça a usucapião constitucional rural.
-

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-GO-Juiz-24-07-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>